

O poder concelhio na historiografia de Joaquim Romero Magalhães

Margarida Sobral Neto

O poder concelhio na historiografia de Joaquim Romero Magalhães

Margarida Sobral Neto
Professora catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

1. Transporte-me no tempo. Ano de 1975. O primeiro encontro com Romero Magalhães, professor da Faculdade de Economia convidado para lecionar a cadeira de Introdução à História Económica e Social na Faculdade de Letras. O encontro tinha como objetivo transmitir à jovem monitora orientações para colaborar na leção da nova disciplina. Recebo uma folha com o programa e a bibliografia, um conjunto de obras para ler. Olho com perplexidade e estranheza para o número e volume dos livros escritos por autores que então desconhecia – Marc Bloch, Braudel, Lucien Febvre. Recebo uma amável ordem: “desenvencilhe-se”. Saio do gabinete esmagada pelo número de páginas a ler. Após a leitura do pequeno livro de Marc Bloch intitulado, na tradução portuguesa, *Introdução à História* comecei a saborear as páginas mais longas do *Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo no tempo de Filipe II* que versavam uma história de “homens de carne e osso” (Marc Bloch), transmitida numa narrativa que “reconstituía” uma diversidade de tempos e espaços entrecruzados.

Evoco um tempo já longínquo para tentar transmitir o sentimento que me invade no momento em que sou convocada para escrever sobre a historiografia do mestre e do amigo. Dou uma ordem a mim própria desenvencilha-te: Os caminhos historiográficos que Romero Magalhães te abriu exigem a escrita de um texto que, por respeito ao mestre, requerem rigor, concisão e ausência de adjetivos laudatórios.

2. As primícias que traçam um rumo.

Para o estudo do Algarve Económico durante o século XVI é o título da dissertação de licenciatura apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em 1967 e publicada pelas Edições Cosmos em 1970. O

tema foi sugerido por Vitorino Magalhães Godinho que assumiu informalmente a sua orientação, com a cumplicidade formal de Salvador Dias Arnaut.

Transcrevo as palavras que retratam o distanciamento existente entre a historiografia portuguesa e a europeia, nomeadamente a francesa da “escola dos Annales”.

“Os estudos de história portuguesa têm-se ocupado predominantemente com os aspectos políticos do passado desprezando, ou deixando na sombra, as condições económicas que, não poucas vezes, o explicam. Investigações novas, e rumos diversos têm porém marcado este nosso século. Mas se as grandes linhas da nossa história estão hoje traçadas, ou pelo menos esboçadas, há uma falta de conhecimentos sobre a evolução da terra portuguesa através dos séculos que tende a adiar indefinidamente a construção de uma História de Portugal. Podemos lamentar o facto, mas para o remediar só existe uma solução: extrair da papelada dos arquivos, que por qualquer circunstância fortuita conseguiu resistir ao tempo, a realidade concreta do que foi” (Magalhães, 1970).

O conhecimento de aspetos económicos e sociais da história nacional portuguesa era um objetivo a atingir após a realização de várias monografias regionais como escrevera Marc Bloch em 1932: “Que as monografias regionais apoiadas numa sólida erudição alimentada por uma ampla cultura histórica são o único meio que nos pode restituir pouco a pouco, na sua diversidade, a imagem da velha sociedade francesa – ou para dizer melhor da sociedade francesa de todos os tempos, tanto presente como passada – é uma verdade cuja evidencia se impõe a todos os historiadores com maior força que nenhuma outra” (Bloch, 1978, p. 48).

Em Portugal, o caminho já tinha sido começado a trilhar pelo historiador francês Albert Silbert que realizara, por conselho de Fernand Braudel, um estudo sobre a Beira Baixa e Alentejo: *Le Portugal méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime. XVIII-Début du XIX siècle. Contribution à l'histoire agraire comparée* (1963).

A região escolhida pelo historiador nascido em Loulé em 1942 foi o Algarve. A monografia a realizar não se pretendia, no entanto, "compartimentada", encerrada nos limites do território algarvio, mas vista à luz do conceito de complexo histórico-geográfico (categoria analítica definida por Magalhães Godinho) "para ver o Algarve no todo dos Algarves (hispano-marroquinos)" (Magalhães, 1970, p. 14).

O tempo foi o fascinante século XVI português, visto "não pelo prisma da decadência, que se seguiria do fim do reinado de D. Manuel à usurpação filipina, mas no conjunto das transformações sucessivas de um grande império africano em oriental, de oriental em Atlântico" (Magalhães, 1970, p. 14).

Ainda no que concerne a aspetos metodológicos e de compreensão histórica, escreve o jovem aprendiz do ofício de historiador: "Como visão unificadora básica coloquei sempre o homem sobre a terra em que trabalha ou na sociedade em que vive", nomeadamente "elementos de demografia e da paisagem, dos cereais, do gado, da fruta, da pesca e do sal, da "indústria", do comércio, da estrutura da sociedade, em síntese conclusiva, o Algarve, no conjunto dos Algarves" (Magalhães, 1970, p. 14-15). Temas que a "bibliografia incitou a apreciar". Bibliografia sobretudo estrangeira: Braudel, Cipolla, Chaunu, Hamilton, Mauro, Silbert e alguns trabalhos de geógrafos portugueses, caso de Orlando Ribeiro.

A temática era muito inovadora, sendo, ao tempo, apenas desbravada em teses de licenciatura protegidas da censura da historiografia oficial: história económica portuguesa só era objeto de trabalhos académicos feitos por estrangeiros – caso de Albert Silbert – ou por universitários que, por motivos de ordem política investigavam no estrangeiro (Vitorino Magalhães Godinho ou Oliveira Marques).

Temática inovadora construída a partir de várias fontes, destacando-se as municipais existentes no Arquivo de Loulé cujo núcleo documental suporta uma parte

significativa do estudo: índice geográfico contém 125 entradas para a palavra Loulé. Fontes municipais que viriam a "revolucionar" os objetos de estudo e as conceções na área da história política. Nos anos sessenta, predominava na historiografia portuguesa uma visão centralista do exercício do poder na época moderna, herdeira das teses (ou do mito) de Alexandre Herculano bem como de outros historiadores oitocentistas (Gama Barros). Visão sustentada num desconhecimento do papel dos municípios na organização da vida económica e social do país. Visão igualmente ideológica defendida pela historiografia oficial do Estado Novo, regime que asfixiou o município, cerceando-o das últimas "liberdades" que lhe foram permitidas no âmbito da construção do estado oitocentista.

Fecho o livro que contém a tese de licenciatura de Romero Magalhães e abro *O Algarve Económico. 1600–1773*, publicado em 1988, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra em 1984.

3. Os frutos maduros: um ensaio de "história total".

Entre 1967 e 1984 Romero Magalhães publicou vários artigos. A investigação em arquivos e bibliotecas centrou-se, no entanto, no projeto de construção da sua tese de doutoramento. A sua obra maior. Leio e releio com prazer algumas páginas. E a minha memória remete-me para a introdução de um texto escrito por Fernand Braudel com o título *No Brasil baiano: o presente explica o passado* numa parte em que o Historiador evocava *Town and country in Brazil*, obra escrita por Marvin Harris em 1959 dizendo o seguinte: "A pintura é tão viva, o texto de tal maneira absorvente que a obra se lê 'como um romance'. No meu espírito este é um cumprimento excepcional, pois é raro que uma obra, cientificamente conduzida, sob o signo da mais estrita objectividade, possa a este ponto desligar-nos do tempo presente e conduzir-nos, como num espetáculo, às fontes de uma civilização urbana passada" (Braudel, 1969, p. 239).

Retomo a minha postura perante a escrita de Romero Magalhães: a de aprendiz do ofício do historiador, que

assume agora a particular responsabilidade de, “por dever de ofício”, desconstruir o texto (na aceção pós-moderna da expressão), o puzzle, para analisar, e tentar compreender, o sentido de cada peça (palavra) e da organização das peças em frases (sempre curtas), para finalmente reconstruir o resultado de uma “investigação cientificamente conduzida”. Os problemas, as fontes, os métodos, os conceitos “operatórios”, a teorização.

Releio o índice de *O Algarve Económico. 1600–1773*: Livro I – As Gentes (O Algarve, Portugal e a Andaluzia; As epidemias; Os homens e as guerras; Por cidades e por campos); Livro II – A Produção (Realidade física, culturas e gados: conflito e harmonia; A produção agrícola; a pesca e o sal; A indústria que não acontece); Livro III – A circulação (Mercado e mercados; No comércio externo); Livro IV – Uma sociedade bloqueada (Gente nobre e gente importante; Dos mercadores portugueses aos mercadores ingleses (com a Inquisição pelo meio).

Os títulos dos livros e dos capítulos afiguram-se insuficientes para sustentar a minha caracterização do *Algarve Económico* como um ensaio de “história total”. É preciso apresentar a organização da bibliografia, por assuntos: População; Aspectos e problemas agrários; Pesca e sal; Indústria; Comércio e conjuntura; Sociedade e instituições; Religião, cultura e mentalidades; Inquisição e cristãos novos; Guerra e Diplomacia; Biografias. Este enunciado de temas percorre todos os campos de uma história “social/total”, na aceção de Lucien Febvre (o autor de *o Problema da descrença no século XVI* e historiador de eleição de Romero Magalhães).

Os títulos do índice e da organização temática da bibliografia remetem-nos, de imediato, para Braudel. Para a obra *O Mediterrâneo e o Mundo mediterrânico no tempo de Filipe II*. Uma das 100 obras primas do século XX. Obra organizada em três planos: o das estruturas de longa, ou longuíssima, duração; o da conjuntura de um longo século XVI e o tempo curto dos acontecimentos e dos protagonismos individuais.

O Algarve Económico, é um trabalho de amplo fôlego. Alarga o conhecimento da história da região, cronologicamente (1600-1773), em termos de “reconstituição” da realidade histórica e de problemática.

A lista composta por 5 “obras base para o presente trabalho” de autoria de Pierre Vilar (1962), Jan de Vries (1970), Magalhães Godinho (1975), Fernand Braudel (1979) e Immanuel Wallerstein (1980), evidencia a procura de respostas para o problema do débil crescimento demográfico e económico registado no Antigo Regime em Portugal, e na Europa, problema definido no título do livro IV em três palavras: *Uma sociedade bloqueada*.

4. “As estruturas sociais de enquadramento da economia portuguesa de Antigo Regime: os concelhos”.

No esboço do trajeto historiográfico de Romero Magalhães, tendo como marcos os textos apresentados a provas públicas, destaco agora a lição das provas de agregação, apresentada em junho de 1994 a que deu o título “As estruturas sociais de enquadramento da economia portuguesa de Antigo Regime: os concelhos”. A lição de agregação é um texto de síntese que condensa um saber sobre a vida concelhia adquirido em arquivos municipais, em que se destaca o de Loulé, em bibliografia de teor municipalista, de sua autoria e de outros historiadores, bem como em conhecimento de experiência feito, adquirido em passagens breves pela governação nacional (Assembleia Constituinte e Secretaria de Estado da Educação) e sobretudo pela municipal: de 1986 a 1998 assumiu a presidência da Assembleia Municipal de Coimbra.

O texto da última prova pública do percurso académico de Romero Magalhães abrange uma diversidade de temáticas apresentadas na sequência seguinte: “A legalidade de Antigo Regime como condicionante estruturante do ordenamento social; o absolutismo régio e os seus fundamentos: os equilíbrios entre privilegiados; as principais delegações régias nos concelhos no século XVI e a persistência delas ao longo do Antigo Regime: as sisas, o recrutamento militar e a guarda da saúde; as consequências espaciais das delegações; a estratificação social conforme com o acréscimo dos poderes locais: a nova “gente nobre da governança”; A reprodução e o confinamento social das oligarquias locais; Os dispositivos de controle social e a realeza: A legislação sobre os que têm qualidade e condição para o exercício de ofícios

concelhios de 1605, de 1611 e de 1618; Os memorialistas da Academia das Ciências perante os obstáculos concelhios à nova concepção de espaço económico, de liberdade comercial, de liberdade de trabalho e de individualismo agrário; O despotismo iluminado e a nova concepção dos grupos anteriormente privilegiados; a apreciação da estrutura concelhia por José de Abreu Bacellar Chichorro e José Acúrsio das Neves e a liberdade do comércio; As dificuldades e as ambiguidades das Cortes constituintes; O ponto final no Antigo Regime com a reforma de Mouzinho da Silveira” (Magalhães, 1994, p. 30-47).

Na última prova prestada na Sala dos Capelos da Universidade de Coimbra, Romero Magalhães deu conta do resultado da investigação, e da reflexão crítica, sobre um campo historiográfico que desbravou com uma marca diferenciadora em termos de conteúdos e de territórios. Está lá tudo, ou quase tudo, sobre o poder concelhio. Mas desengane-se o leitor que pretenda conhecer o papel dos município na época moderna apenas através da leitura de 20 páginas: evidência empírica que sustenta as conclusões, as “teses”, encontra-se dispersa por vários textos.

5. O poder concelhio na historiografia de Joaquim Romero Magalhães: de Loulé a Minas Gerais.

Retomo agora o título que atribuí às linhas que, com emoção, estou a escrever acrescentando um subtítulo que mais à frente justificarei.

Os textos que escrevemos, quando nos saem das mãos, passam a ter vida própria. Romero Magalhães escreveu muitos textos felizes. Um deles foi o que publicou em coautoria com Maria Helena da Cruz Coelho, *O Poder Concelhio: das origens às cortes constituintes*, publicado pelo Centro de Estudos e Formação Autárquica em 1986. O livro foi concebido para um público não universitário e destinava-se a apoiar a lecionação da cadeira de *História do Municipalismo* frequentada por técnicos das autarquias.

Volto a pegar no conjunto de folhas soltas em que se transformou um livro manuseado por mim e fotocopiado por alunos desde 1986 até ao presente momento. Disponho de uma 2.ª edição revista datada de 2008, mas não tem o mesmo significado simbólico.

Transcrevo algumas partes do texto. Começando pelo “estado da arte” apresentado na Introdução. Reportando-se ao conhecimento disponível sobre história do municipalismo, escreve-se:

“É nossa convicção que tudo tem de ser retomado e alargado no tempo, em especial a predominância do dever ser (direito), razoavelmente documentado, do ser (sociedade), cujo conhecimento penosamente se constrói. A medição do fosso entre o direito e a eficácia social da norma é um dado em si da maior importância, donde não estar em nós um intuito de desprezo pela história do direito – bem ao invés – mas a recusa ao seu exclusivo mau uso. A revisão geral da problemática tarda. Não é, por agora, intenção nossa fazê-la. Trata-se tão só de pegar em algumas ideias, rever ou alvitrar umas quantas hipóteses, alertar os estudiosos e os estudantes para a árdua tarefa a realizar” (Coelho & Magalhães, 1986, p. XIII-XIV).

Tarefa árdua porque “a investigação, e só a investigação, pode dar-nos as respostas que precisamos”. Investigação ao tempo, como agora, nestas matérias é sobretudo de arquivo, de pesquisa nos arquivos centrais e, sobretudo nos municipais, a fim de confrontar o “poder” com o “mando”.

Trabalhar com “ideias” mas sem “preconceitos”. “Para isso há que trabalhar e pôr de remissa os narizes de cera do nosso quotidiano: os males da centralização e os benefícios da descentralização, ou os fatais opressores do Terreiro do Paço” (Coelho e Magalhães, 1986, p. XV). Advertência com atualidade.

Quando Romero Magalhães escreveu a parte referente à época Moderna do livro *O poder Concelhio* já dispunha de muita evidência empírica colhida na investigação realizada para as suas teses de licenciatura e de doutoramento, bem como para trabalhos que então orientava, o que lhe permitiu evidenciar os traços essenciais da problemática concelhia.

Nas páginas descritas sobre o tema “Da teoria do poder à eficácia do mando em tempos de absolutismo”, o autor enuncia as competências delegadas pelo poder régio nas vereações nos seguintes campos: justiça de

primeira instância, exercida por juizes ordinários ou de fora; militar (organização das Ordenanças); cobrança de impostos (sisas e décimas), saúde, em particular em tempo de epidemias, e ordenamento da vida económica – agrícola, artesanal e comercial – e abastecimento das populações. E conclui:

“Eis o leque real do *Mando* dos concelhos. Não temos dúvidas de serem as câmaras bem mais sentidas pelas populações do que o longínquo monarca absoluto, por mais absoluto, que se disse e quisesse ser”. E acrescenta “rede burocrática e distância são os dois principais factores que condicionam o absolutismo e o impedem de passar de nominal a efectivo: rede burocrática pouco densa (pouco coesa e articulada) e distâncias enormes (em tempos de percurso” (Coelho e Magalhães, 1986, p. 32-33).

No que diz respeito à relação entre concelhos e entre estes e o rei, Romero Magalhães demonstrou a inexistência de qualquer circunscrição administrativa “que se aproximasse de uma região”, dado não haver evidência histórica de “concelhos subordinados a outros concelhos” e de “escalões intermédios de administração” entre os concelhos e o rei, no reino e no império (Coelho e Magalhães, 1986, p. 34). “O poder local é arregional e antirregional”.

“Equilíbrio, pois, de centralização teórica com pulverização prática do poder”, que assumia outras expressões para além do municipal como o da Igreja e das casas senhoriais, para além do poder do povo organizado em mesteres. O rei detinha, no entanto, “instrumentos de poder “ e “uma parte não desprezível do mando” que era “acatado”, desde que não ferisse “os interesses das oligarquias”.

Em conclusão, ainda não refutada:

“Para entender a estrutura do poder na sociedade de Antigo Regime há que somar ao absolutismo teórico que não vai além da preeminência régia, o neo-senhorialismo (sobretudo o eclesiástico) e o neo-municipalismo, em equilíbrios estáveis e sábios doseamentos sociais” (Magalhães, 1986, p. 48).

As páginas 41- 56 do livro em análise são dedicadas às “Oligarquias dos homens nobres da governança”, tema versado em vários estudos de Romero Magalhães.

O autor apresenta o enquadramento legislativo do processo de seleção dos elegíveis para os cargos da vereação, determinado pelas Ordenações Filipinas (1603) que, em 1605, já não vigorava em Loulé onde se aplicava uma carta régia datada deste ano e que se alargaria a todo o Reino através do alvará de 12 de novembro de 1611, aplicável às terras senhoriais. Há que acrescentar um diploma publicado em 1670, mas que datará de 1640, para obter o conjunto de leis que asseguraram o “fechamento social da estrutura de oportunidades de acesso aos cargos de poder político” (Rui Santos).

As atas de vereação da terra natal do Historiador forneceram-lhe abundante informação para fundamentar vários aspetos da vida concelhia, nomeadamente o processo de reconfiguração social do “grupo” da governança da terra que é simultaneamente um processo de exclusão de todos os que não eram filhos e netos (e outros parentes) de vereadores.

Exemplifico:

“Em meados do século XVII a cristalização oligárquico-aristocrática chega ao seu termo. Em Loulé – de que dispomos de pautas até 1831 – é claríssimo o progresso. Aberta a série em 1605 com 36 possíveis vereadores, serão 41 em 1614. Começa depois a baixar lentamente o seu número até um mínimo de 14 em 1734 – a vila não perdeu gente, recorde-se, e o concelho cresce bem desde 1672. Em 1737 serão 16, uns 20 em 1740, voltando a ser 16 em 1773”.

“Comparando com a população de todo o concelho, temos, ao princípio do século, cerca de 2% de fogos como sendo de gente nobre, para apenas 0,7 em 1672, em 1717 uns 0,5 e em 1773 não mais de 0,3%” (Magalhães, 1988, p. 328).

A aristocratização cada vez mais apertada, registada em Loulé, veio a ser comprovada pela investigação que se tem realizado em outras localidades do país, como Braga, Coimbra ou Évora.

Invocando a petição feita pela nobreza de Loulé ao monarca no sentido de não permitir a entrada de “sujeitos nas Republica em que não concorrem os requzitos”, conclui Romero Magalhães:

“Senhoras do mando, fechadas em relações sociais endogâmicas, as oligarquias travam o que quer que seja que altere o seu estatuto económico-social e, por ele, as suas posições. Aproveitando mediocrementemente a vida local, impedem caminhos novos e sustentam em boa parte a estagnação geral do Reino” (Coelho e Magalhães p. 56).

Apesar das suas insuficiências o modelo concelhio de mando e organização do território, que se estruturou na Idade Média e que D. Manuel reajustou nas duas primeiras décadas do século, através da reforma manuelina dos forais e das Ordenações manuelinas, foi transposto para o império. A aplicação ao Brasil do modelo municipal data das primeiras décadas do século XVI, coincidindo assim com os inícios da colonização portuguesa.

A casa da câmara, a cadeia e o pelourinho (e a igreja) começaram a definir, nos territórios coloniais como na metrópole, as paisagens urbanas.

O historiador inglês Charles Boxer, nos anos sessenta, chamou a atenção para a necessidade de estudar o papel dos municípios no império português. Romero Magalhães respondeu ao repto dedicando vários estudos a este tema.

O primeiro dá-nos conta da criação do município de S. Vicente.

“Ao criar, em 1532, a vila de São Vicente segundo a legislação ordinária do Reino fixada pelas Ordenações, o rei de Portugal estendia ao Brasil o regime judicial e administrativo em vigor no espaço português da Europa” (Magalhães, 1985, 16, p. 1).

Um dos últimos, por mim conhecidos, reporta-se à municipalização da região das Minas Gerais que decorreu entre 1711 e 1750, o período da exploração aurífera.

“Assim implantada nas Minas, como parte desse conjunto de medidas disciplinadoras, aí se expandirá

e radicar a organização municipal portuguesa. Com o mesmo ordenamento jurídico que no Reino – o constante das Ordenações, Liv. I, tit. 66º. No entanto, gozará de acrescidos poderes efectivos (*auctoritas*) e de mais extensas possibilidades possibilidades de exercício de mando (*potestas*). A distância de Lisboa e a rala malha administrativa-judicial permitiam e suscitavam esse alargamento. Melhor: como que o exigiam”.

“A criação de vilas foi o primeiro passo para a efectiva presença do poder político por parte da Coroa. E para a concretização do seu exercício. Estava inscrito no pensamento da época que por aí se devia começar. E por aí se começou” (Magalhães, 2011, pp. 97-98).

Para além da apresentação do processo de criação de concelhos no Brasil, das competências desempenhadas, bem como do perfil social da gente da governança, Romero Magalhães seguiu duas linhas de investigação que importa prosseguir.

A primeira está vertida na afirmação seguinte: “O conhecimento das estruturas municipais no império importa não apenas pelo que esclarece sobre a vida desses territórios, mas porque sublinha aspectos que normalmente passam despercebidos no espaço europeu do Reino” (Coelho & Magalhães, 1986, p. 82). Na verdade, procurar a plasticidade das instituições (dos homens) em territórios outros, aguça o olhar para captar a diversidade no espaço continental.

A segunda, é-nos apresentada em forma de pergunta:

“Não será a rede oligárquica, que ocupa o poder-mando local dos municípios, um dos elementos para explicar a coesão do todo brasileiro face a um longínquo (e bem pouco eficaz) poder central? Não terá esta oligarquia, pulverizada por todo o espaço do Estado, funcionado como uma orgânica de solidariedade, ajudando a explicar a não fragmentação política que fez o Brasil? Não terão as oligarquias locais – grupos de prestígio – contribuído e poderosamente, para o controle harmónico de um tão pluriforme e imenso espaço físico? (1985, 16, p. 25).

Hipóteses a reforçar a importância do estudo dos municípios do império.

6. Romero Magalhães nasceu em Loulé em 1942. Frequentou a escola de ensino primário em Faro onde obteve uma formação escolar sólida e vivências que configurariam a sua atitude ideológica perante a vida.

Transcrevo palavras da sua aula de jubilação:

“Em bairro pobre: tive colegas, meninos que iam descalços para as aulas porque não tinham sapatos... Que tinham fome e sofriam muitas carências. Privilegiado naquele meio, a minha posição ideológica terá sido marcada por essa proximidade com a pobreza”.

Fez o ensino secundário no liceu de Faro onde obteve uma sólida formação. Veio para a Universidade de Coimbra. A sua formação universitária e cidadã fez-se no TEUC (Teatro de Estudantes da Universidade de Coimbra) com Paulo Quintela e outros jovens “irreverentes” que no teatro davam liberdade à imaginação não permitida nos bancos da FLUC.

Voltou ao Algarve para fazer o levantamento das fontes conducente à elaboração da tese de licenciatura. Encontrou no Arquivo de Loulé parte das fontes que alicerçam os textos elaborados para provas académicas bem como para muitos outros. Atrevo-me a dizer que no Arquivo de Loulé se fez historiador.

Cumpriu vários sonhos, nomeadamente o de elaborar uma História de Portugal referente a um longo século XVI que se inicia no século XV (1482) e avança até ao XVII (1620) (Magalhães, 1993). Empreendimento gigantesco na sua concepção e escrita. Obra incontornável, desde o princípio ao fim. A conclusão intitulada *O pano de fundo* é um texto sublime do Historiador.

Romero Magalhães inicia o texto da sua lição de jubilação “Quem chega à idade crepuscular em que por lei é empurrado para fora do serviço activo deve sentir júbilo: cumpriu-se o dever de trabalhar, atinge-se a plenitude com alegria por chegar ao fim. Fecha-se a vida profissional e inexoravelmente dá-se por terminada uma parte, a mais interessante e a mais rica de uma existência. Assim há-de ser: não tem contemplações a roda do tempo” (Magalhães, 2012, p.49).

A roda do tempo concedeu-lhe ainda mais seis anos profícuos em termos de escrita académica. O tempo da

publicação de organização de cinco volumes que intitulou como *Miúncas*. Nos artigos por si seleccionados encontra-se o essencial do seu labor de Historiador vertido em artigos. O primeiro volume intitula-se *Concelhos e organização municipal na Época Moderna*. Uma síntese sobre o poder concelhio que irá resistir à roda do tempo. Resistirá, igualmente, à roda do tempo a sua escrita límpida de sabor literário, de inspiração paterna, bem como uma cadência musical, marca dos sons saídos do piano tocados pelas mãos de sua mãe e que lhe inspiraram o gosto pela música.

- Bloch, M. (1978). *La Historia rural francesa*. Barcelona: Editorial crítica, 1978.
- Braudel, F. (1983). *O Mediterrâneo e o Mundo mediterrânico no tempo de Filipe II*. Lisboa: Dom Quixote.
- Braudel, F. (1979). *Civilization matérielle, économie et capitalisme, XV^e - XVII^e siècle*, Paris: Armand Colin.
- Braudel, F. (1969). *Écrits sur l'histoire*. Paris: Flammarion.
- Coelho, M. H. & Magalhães, J. R. (1986). *O poder concelhio. Das Origens às Constituintes*. Coimbra: CEFA.
- Coelho, M. H. & Magalhães, J. R. (2009). *O poder concelhio. Das Origens às Constituintes*. Coimbra: CEFA, 2^a edição revista, 2009.
- De Vries, J. (1970). *The Economy of Europe in an Age of Crisis. 1600-1750*, Cambridge.
- Godinho, V. M (1975). *Estrutura da antiga sociedade portuguesa, 2.ª ed.*, Lisboa.
- Magalhães, J. R. (1970), *Para o estudo do Algarve Económico durante o século XVI*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Magalhães, J. R. (1985), Reflexões sobre a Estrutura Municipal Portuguesa e a Sociedade Colonial Brasileira. *Revista de História económica e Social*, Julho-Dezembro, 17-30.
- Magalhães, J. R. (1988a), O poder municipal no império português durante o século XVII. *Revista Crítica de Ciências Sociais: o Poder local*, 25/26. Coimbra, 1988, 20-30.
- Magalhães, J. R. (1988b). *O Algarve Económico. 1600-1773*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Magalhães, J. R. (ed.) (1993), *História de Portugal*. 3^o. Volume (No alvorecer da modernidade). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Magalhães, J. R. (1994a). *Uma estrutura do Império português: o município*. Lisboa: Fundação Oriente.
- Magalhães, J. R. (1994b), "As estruturas sociais de enquadramento da economia portuguesa de Antigo Regime: os concelhos". *Revista Notas Económicas*, nº4, pp. 30-47.
- Magalhães, J. R. (2005), Os primórdios de uma "vida segura e conversável" no Brasil. In Fonseca, F. T. (Ed.) *O poder local em tempos de globalização. Uma história e um futuro*. Coimbra: Imprensa da Universidade pp. 123-132.
- Magalhães, J. R. (2011). *Labirintos brasileiros*. São Paulo: Alameda Casa Editorial.
- Neto, M. S. (2005). Senhorios e concelhos na época moderna: relações entre dois poderes concorrentes. In Cunha, M. S.; Fonseca, T. (ed.), *Os municípios no Portugal moderno: dos forais manuelinos às reformas liberais*. Lisboa: Colibri, p. 149 – 165.
- Neto, M. S. (2016). *Problemática do saber histórico*. 2.ª edição revista e aumentada. Coimbra: Palimage.
- Neto, M. S. (2017). Historiografia portuguesa da época moderna. *Revista Teoria da História*, Vol. 17, n.º1, p. 124-146.
- Silbert, A (1963). *Le Portugal méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime. XVIII-Début du XIX siècle. Contribution à l'histoire agraire comparée*. Paris.
- Vilar, P. (1962). *La Catalogne dans l'Espagne moderne. Recherches sur les fondements économiques des structures nationales*, Paris.
- Wallenstein, I. (1980), *The modern-World system. II. Mercantilism and the consolidations of the European World-Economy. 1600-1750*, Londres-Nova Iorque.